

# Trabalho, Educação e Reforma Agrária no Sistema Único de Saúde: relato de uma experiência em Pernambuco

Autores IDALACY DE CARVALHO BARRETO<sup>1,2</sup>, INGRID D'AVILLA FREIRE PEREIRA<sup>1</sup>, AGLEILDES ARICHELE LEAL DE QUEIRÓS<sup>1</sup>, MARIA EMÍLIA MONTEIRO HIGINO DA SILVA<sup>1</sup>, EDNA MIRTES DOS SANTOS GRANJA<sup>1</sup>, JULIANA LEÃO PONTES<sup>1,2</sup>

Instituição 1. SES-PE, Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco, Rua Dona Maria Augusta Nogueira Nº519 - Bongi - Recife - PE  
2. CPqAM, Centro de Pesquisa Aggeu magalhães, Av. Professor Moraes Rego, s/n, cidade universitária, Recife-PE

## Resumo:

A dívida histórica do Estado brasileiro na construção de políticas públicas pautadas pelas necessidades e direitos da população e a inconclusão da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) apontam para a necessidade de retomarmos a discussão da saúde enquanto agenda intersetorial, que inclui o direito à vida, à saúde, à terra e à produção. O relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde insere a discussão sobre a determinação social da saúde e anuncia que o modo de produção capitalista do Estado brasileiro e a conseqüente concentração de terra e renda são condicionantes e determinantes do adoecimento da população brasileira. A Constituição Federal de 1988 representa o resgate dessa dívida social acumulada, principalmente, no período da ditadura militar, trazendo direitos básicos e universais de cidadania no capítulo da seguridade social, a exemplo da saúde. Entretanto discussões como a da reforma agrária apesar de extremamente relevantes ainda não tem esta formalidade tão pouco se inserem no cotidiano da maioria dos brasileiros. No campo da estruturação da política de saúde no Brasil a Estratégia de Saúde da Família tem o papel de reorientar a atenção à saúde, seguindo a perspectiva lógica de descentralização dos serviços e ações de saúde para o mais

próximo possível das pessoas e apresenta vários avanços, especialmente no que se refere à garantia de acesso. Todavia, uma reflexão sobre suas práticas no sentido holístico da atenção à saúde das pessoas nos permitira perceber que ainda são necessárias transformações para que a Estratégia desenvolva totalmente suas potencialidades. Dentre estas necessidades de transformação, destacamos o papel dos trabalhadores que tem sido explorados e alienados do seu processo de trabalho, o que provoca insegurança, frustração e descompromisso com a população da sua responsabilidade sanitária. Estas questões se colocam como centrais na construção do TERRA-SUS: Trabalho, Educação e Reforma Agrária no Sistema Único de Saúde, um curso introdutório com duração de oitenta horas com trabalhadores da estratégia de saúde da família que atuam em áreas de assentamento e que compõe um dos eixos de fortalecimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Estado de Pernambuco. O TERRA-SUS surgiu do diálogo propositivo entre o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Secretaria Estadual de Saúde, pela acreditação de que a educação permanente em saúde apontaria caminhos para os profissionais da saúde da família reconhecerem a diversidade de cada comunidade/família que acompanham, potencializando o ser histórico e a identidade camponesa destes territórios, considerando suas práticas, valores e crenças para a reorientação das práticas de saúde e do cuidado com a população. Este curso orienta-se teórico-metodologicamente para o desenvolvimento das ações pelo princípio educativo de que o trabalho é uma prática social que organiza o processo formativo. Considerando aqui o trabalho como produção da existência humana na relação com a natureza, num processo de hominização de homens e mulheres. A construção dessa proposta tem sido mediatizada pelos princípios filosóficos e didáticos das pedagogias histórico-crítica, pedagogia do oprimido e pedagogia da alternância, que caracterizam processos de formação no campo sob a perspectiva da liberdade e da reinvenção das relações entre homens, trabalho e sociedade. A complexidade desta discussão e a opção política da SES-PE em trabalhar a partir dos princípios da Educação Permanente em Saúde e do quadrilátero da formação (gestão, educação, trabalho e controle social) exige um

compromisso que deve ser compartilhado com os trabalhadores da Estratégia Saúde da Família e da gestão dos municípios envolvidos. Os inúmeros desafios orientam para a aposta num referencial pedagógico que mobilize o mundo da vida dos sujeitos como matéria prima do processo ensino-aprendizagem, na busca de re-significar as formas de sentir, pensar, fazer, ser e conviver no trabalho em saúde, zelando pela formação de sujeitos éticos, críticos e solidários. Considerando que esta experiência está em curso, podemos mencionar que seus resultados são processuais e que as perspectivas ideológicas que a norteiam oportunizaram o encontro entre gestão, trabalhadores, instituições formadoras e movimento social. Tais articulações têm possibilitado reflexões sobre a necessidade de retomarmos a categoria do princípio do direito à saúde como questão central para a retomada da RSB. Os trabalhadores do campo e da cidade têm uma tradição de luta e de resistência às situações de opressão que marcam as relações sociais na formação social brasileira e que os movimentos sociais assumem formas organizativas que questionam todas as formas de exploração, submissão, segregação, preconceitos e discriminações, evidentes no jogo das relações conflituosas de poderes que permeiam as relações sociais. Neste sentido, a possibilidade de articulação entre os militantes do MST, os trabalhadores da ESF e os facilitadores do curso tem permitido reflexões e a estruturação de novas propostas nestes territórios como a redefinição das áreas de cobertura da ESF considerando as necessidades de saúde da população do campo. Sugere-se que os processos de formação dos trabalhadores de saúde possam se inserir numa perspectiva histórica, crítica e hermenêutica, como propõem estas pedagogias e que estes encontros possibilitem uma leitura crítica da Reforma Sanitária e da Reforma Agrária em nosso país. Neste contexto, tornam-se relevantes a necessidade de estruturar uma política abrangente de saúde das populações do campo e da floresta, bem como de re-significar o olhar e as ações dos trabalhadores de saúde para a realidade sócio-histórica da população do campo.

Palavras-chaves: Intersetorialidade, Saúde do Campo, Educação Profissional em Saúde.